

A INTERTEXTUALIDADE EM REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM

Jéssica Raianny Figueirêdo Emídio Alves (UFERSA)¹

Ananias Agostinho da Silva (UFERSA)²

RESUMO:

A intertextualidade é um fenômeno textual que diz respeito ao diálogo entre textos. Esse tipo de relação ocorre tanto em textos verbais quanto em textos não-verbais, como é o caso das redações do ENEM. Em todo caso, modificam-se alguns aspectos do texto-fonte, mas é possível recuperar alguns elementos, levando em conta, sobretudo, o conhecimento de mundo dos interlocutores. Considerando este conceito, o objetivo desta pesquisa foi analisar elementos de intertextualidade presentes em redações nota mil do ENEM produzidas no ano de 2022. Os procedimentos metodológicos consistiram na construção de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, desenvolvida através da análise de 03 (três) redações de participantes que obtiveram nota máxima no certame na edição de 2022. Os resultados mostraram que os textos analisados apresentam elementos característicos da intertextualidade, como paráfrases e alusão ao texto-fonte. Além disso, a intertextualidade foi manifestada de forma explícita (direta), tendo em vista o uso de recursos como a citação direta. No geral, os autores das redações fazem uso de recursos contidos em textos-fonte visando, sobretudo, reforçar a argumentação das redações³.

Palavras-chave: Intertextualidade. Redação Nota Mil do ENEM. Argumentação.

ABSTRACT

Intertextuality is a textual phenomenon that concerns the dialogue between texts. This type of relationship occurs in both verbal and non-verbal texts, such as images and videos. In any case, some aspects of the source text are modified, but it is possible to recover some elements, taking into account, above all, the interlocutors' knowledge of the world. Considering this concept, the objective of this research was to analyze elements of intertextuality present in ENEM grade 100 essays produced in 2022. The methodological procedures consisted of constructing a descriptive research with a qualitative approach. A literature review was carried out, with concepts and arguments from authors who addressed this topic. An analysis was also made of 03 (three) essays from participants who obtained maximum marks in the contest in the 2022 edition. The results showed that the analyzed texts present characteristic elements of intertextuality, such as paraphrases and allusions to the source text. Furthermore, intertextuality was expressed explicitly (directly), considering the use of resources such

¹ Discente do Curso de Letras-Língua Portuguesa, do Departamento de Linguagens e Ciências Humanas da UFERSA.

² Orientador do trabalho. Professor do Departamento de Linguagens e Ciências Humanas da UFERSA, atuando no curso de Letras-Português.

³ Acesse os arquivos das redações no endereço: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/40141-redacao-nota-mil>.

as direct quotation. In general, the authors of the essays make use of resources contained in source texts with the aim, above all, of reinforcing the arguments of the essays.

Keywords: Intertextuality. Top-Scoring ENEM Essay. Argumentation.

1 INTRODUÇÃO

A intertextualidade é um fenômeno textual que diz respeito ao diálogo entre textos. Esse tipo de relação ocorre tanto em textos verbais quanto em textos não-verbais, dentre os quais estão os textos dissertativos. Em todo caso, modificam-se alguns aspectos do texto-fonte, mas é possível sempre recuperar algum aspecto do original, levando em conta, sobretudo, o conhecimento de mundo dos interlocutores. Assim sendo, a intertextualidade está presente em textos dos mais diversos gêneros do discurso, como músicas, poemas, por exemplo, ou em qualquer tipo de texto, já que o dialogismo é constitutivo da linguagem, como se depreende de uma perspectiva bakhtiniana. Assim, em todo texto há intertextualidade, de algum tipo, porque nenhum texto surge do acaso, mas sempre parte de algo que já foi dito.

Frente a isso, ao analisar com os textos produzidos por candidatos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), redações do Enem, surgiu a seguinte pergunta que norteou o desenvolvimento desta pesquisa: quais os diferentes tipos de intertextualidade que os participantes do Enem usam em redações avaliadas com nota mil?

Para responder a essa questão, estabelecemos o seguinte objetivo geral: analisar elementos de intertextualidade presentes em redações nota mil do Enem produzidas por participantes do exame no ano de 2022. Para consecução desse objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: identificar os principais tipos de intertextualidade usados por participantes do Enem em redações avaliadas com nota mil; analisar as funções argumentativas que os tipos de intertextualidade exercem nas redações do Enem; e entender como as características dos textos analisados levaram os participantes do exame a alcançar a nota mil.

O desenvolvimento deste estudo é justificado considerando que o Enem é um dos mais importantes exames de admissão ao ensino superior no Brasil, sendo que é essencial conhecer as características das provas aplicadas aos participantes, em

especial, a estrutura dos textos produzidos para a prova de redação. Com isso, torna-se estrategicamente importante analisar aquelas redações que obtiveram nota máxima, de modo que se tenha um perfil dos elementos que constitui um texto apto a receber nota máxima, sobretudo no que diz respeito ao diálogo estabelecido entre textos.

Além disso, é pertinente pontuar que o estudo da intertextualidade é positivo para o aperfeiçoamento das produções textuais, correspondendo a um avanço eficaz para o ensino da língua portuguesa. Nesse sentido, ainda que diretamente, a pesquisa pretende trazer contribuições para o ensino de produção de textos na escola.

Desta forma, esta pesquisa é de grande valor para o curso de Letras-Português, como também para o Grupo de Estudos Linguísticos do Texto (GPELT), pertencente à UFERSA, que se dedica aos estudos na área da Linguística do Texto, especialmente em sua linha de pesquisa voltada para o ensino de produção de textos na escola no qual faço parte. Nesse sentido, a pesquisa se insere no rol de pesquisa já desenvolvidas pelo grupo e busca contribuir com o fortalecimento da linha de pesquisa e do próprio grupo de pesquisa.

A estrutura deste trabalho está disposta da seguinte forma: na primeira seção, consta a contextualização da pesquisa, com a exposição do tema, a apresentação dos objetivos e a justificativa. Na segunda seção, consta a fundamentação teórica, com a apresentação de conceitos de autores que desenvolveram estudos sobre a noção de intertextualidade. Na terceira, está descrito o percurso metodológico. Na quarta, estão dispostas a análise e interpretação das redações examinada. Na quinta e última seção, estão descritas as conclusões e considerações finais da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção trata sobre o conceito de intertextualidade e as suas principais características, considerando, principalmente, o olhar teórico da Linguística Textual. Para tanto, foi feita uma revisão de literatura em artigos, livros e periódicos sobre essa noção.

2.1 CONCEITOS DE INTERTEXTUALIDADE

O conceito de intertextualidade foi primeiramente proposto no âmbito da literatura em meados do século vinte, por uma autora chamada Julia Kristeva. Desde então, tem se desenvolvido e ganhado cada vez mais espaço no âmbito dos estudos linguísticos, tendo sido propostas para a construção de diversas definições, a partir de vários recortes teóricos, o que sugere a complexidade desse fenômeno.

De modo geral, a noção de intertextualidade se baseia na noção de dialogismo, definido por Bakhtin (2008) como o discurso da língua em sua integridade concreta e viva e não na língua como objeto específico da linguística, pois, para o autor, a verdadeira essência da língua é construída através das relações sociais, da interação verbal definida através das enunciações. A esse respeito, diz o autor: “[...] todas as palavras (os enunciados, as produções verbais, assim como a literatura), [...], são palavras do outro [...]. A complexa relação com a palavra do outro, em todas as esferas da cultura e da atividade, impregna toda a vida do homem.” (Bakhtin, 2003, p.383-384).

A intertextualidade, em sua conceituação atual, corresponde a um mecanismo cognitivo, textual e discursivo presente em todas as relações interacionais que se dão por meio dos textos, sendo utilizado por diversos ramos das ciências “[...] na construção e análise de discursos. O uso desse recurso possibilita uma melhor atuação social, em que os intertextos constroem um mundo de significados intencionais” (Silva; Caiado, 2014, p. 1). Especialmente no campo da Linguística Textual, esse conceito foi colocado por Beaugrande e Dressler (1976, p. 45), ao dizerem que “a intertextualidade se refere aos fatores que vão depender da utilização adequada de um texto e do conhecimento que se tenha de outros textos anteriores”.

Nesse mesmo quadro teórico, Koch (2003, p. 59) apresenta a seguinte concepção de intertextualidade: “Todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior, e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe”. Nesse sentido, seja para reafirmar, criticar ou defender, um texto sempre recupera outros textos, de alguma maneira.

Também Marcuschi (2008, p. 132) explica a intertextualidade como um mecanismo da textualidade e defende que: “mais do que um simples critério de

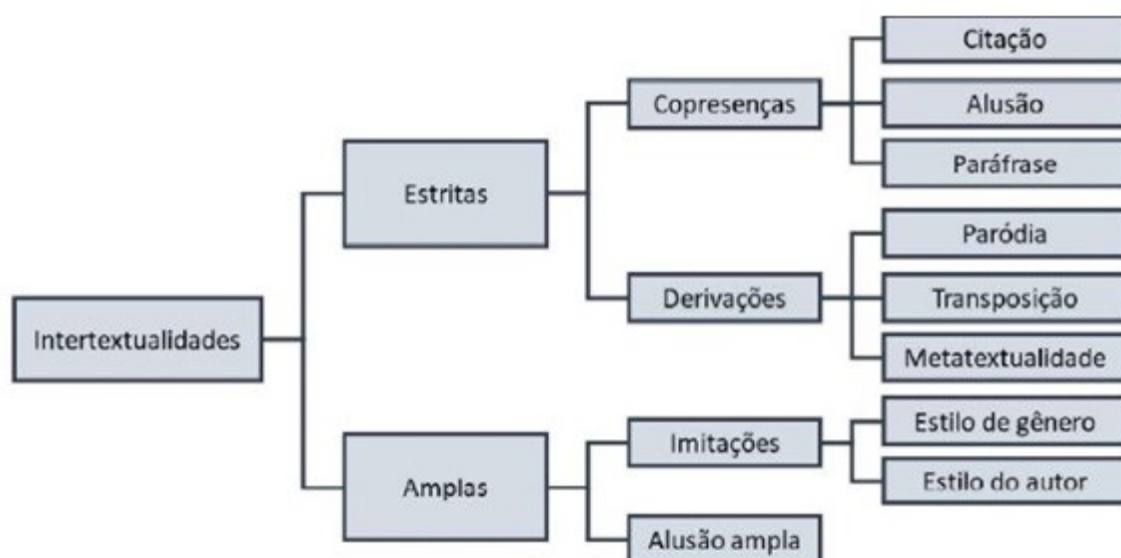
textualidade, é também um princípio constitutivo que trata o texto como uma comunhão de discursos e não como algo isolado”. E esse fato é relevante porque dá margem a que se façam interconexões dos mais variados tipos para a própria interpretação.

2.1.1 Tipos de Intertextualidade

De acordo com Carvalho (2018), a intertextualidade se refere à relação intertextual: i) quando há diálogo entre textos específicos, dado pela inserção de partes de um texto em outro texto, ou pelas modificações operadas em um texto de modo que se transformou em outro, ou, ainda, quando um texto cumpre a função de comentar outro, casos a que chamamos intertextualidade estrita; e/ou ii) quando não há a retomada de um texto específico, mas se verifica a imitação entre gêneros do discurso ou entre estilos de autores ou quando um texto alude a conteúdos explicitados em textos diversos, situações a que chamamos intertextualidade ampla.

A figura seguinte apresentada por essa autora destaca os tipos de intertextualidade possíveis de serem percebidos nas relações entre os textos:

Figura 1: Tipos de Intertextualidade



Fonte: Carvalho (2018, p. 103).

A Figura 1 apresenta os elementos que definem os tipos de intertextualidade, que podem caracterizar uma produção a partir de análises estritas⁴ ou amplas, sendo

⁴ Estritas refere-se ao texto que expõe a intertextualidade, levando o leitor a recuperar de cara o texto

que no primeiro caso o autor pode inserir elementos diversificados que vão desde citações, paráfrase e transposição, e, no segundo caso, pode haver a construção de imitações pelo estilo do gênero ou pelo estilo do autor e de alusão ampla.

O quadro 1 trata dos elementos de recuperação de um texto-fonte, com a descrição das suas principais características:

Quadro 1: Elementos de recuperação do texto fonte

Elemento	Descrição
Copresença	corresponde a inserção de partes de textos em uma dissertação, por exemplo, a colocação de uma citação que faz a reprodução da fala de outra pessoa.
Alusão	Se manifesta por meio de uma relação intertextual em que o locutor deixa pistas para o interlocutor de modo que este possa lembrar e fazer uso de elementos do texto-fonte.
Paráfrase	É uma maneira de transcrever a fala de outra pessoa, na maioria se põe aspas para identificação que tal fala foi dita por outro autor/escritor enfim, uma outra pessoa como dito anteriormente. Derivação, paródia, transposição e metatextualidade.
Ampla	Nas intertextualidades amplas, ela sugere duas situações imitação e uma de alusão ampla.

Fonte: Carvalho (2018, p. 98). Adaptado pelo Autor.

Dentre estes traços característicos da construção da intertextualidade, entendemos que o autor pode fazer com que o texto fonte seja ocultado (ou seja, não mencionado) ou, então, esta fonte pode ser, expressamente, referenciada na produção do novo texto. É o que se denomina quando o autor se utiliza do texto base para reforçar suas ideias e/ou toma-o por base para construir a sua própria estrutura (Cunha, 2023).

A Figura 2 ilustra os elementos que compõe a intertextualidade, no que diz respeito às suas diferentes possibilidades de construção.

Figura 2: Estrutura de Construção da Intertextualidade



Fonte: Mozdzenski (2013, p. 183).

Verifica-se que a construção de um texto com características intertextuais parte de duas faces, sendo que na primeira o texto-fonte não é mencionado e na segunda o texto-fonte é, frequentemente, mencionado. Em meio a estes extremos, constam elementos que caracterizarão a produção, sendo estes utilizados ou não pelo autor, dada a sua intencionalidade e características próprias Mozdzenski (2013).

Diana (2023) discorre que a inserção de elementos na construção do novo texto reflete a personalidade do autor, o domínio da temática (aprofundamento dos conhecimentos e capacidade de distribuição de elementos no texto), pois, este pode fazer uso daqueles que julgar necessários ao enriquecimento das informações. Nesse contexto se sobressaem os gêneros textuais, pois,

[...] os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita (Marcuschi, 2007 apud Diana, 2023, p. 19).

Quando se trata de expressar a criatividade do autor, no caso das redações de certames, como é o caso do Enem, tendo em vista que o perfil característico do autor fica, claramente, em evidência, especialmente, o domínio do conteúdo e a forma como faz uso dos elementos na sua produção.

A Figura 3 apresenta o esquema organizacional da intertextualidade, partindo das ideias, posicionamento e conhecimentos do autor, voltado para chamar atenção do leitor e convidá-lo a absorver o conteúdo produzido.

Figura 3: Esquema Organizacional da Intertextualidade



Fonte: Antunes (2017, p. 9)

Ao analisar o esquema ilustrado na Figura 3, pode-se perceber que o perfil do texto é construído pelo autor de forma independente ou atrelado a um texto-base, quando prevalecem os elementos desta fonte.

De acordo com Cunha (2023, p. 15), a proposta das relações intertextuais consiste na divisão de elementos que estão presentes no texto, por meio de elementos como:

[...] citação e referência, que aparecem de forma explícita no texto, plágio e alusão, que são ocorrências implícitas. E as relações intertextuais por derivação: paródia, travestismo burlesco e pastiche.

Estes elos referem-se a copresença de fatores que dão roupagem ao texto, tornando-se autêntico e com um direcionamento de raciocínio construído pelo autor, mesmo influenciado pelo texto-base. Assim, a presença das citações e a referência do autor revelam a essência e/ou o *lôcus* do assunto debatido, fato este que credibiliza a produção, dando-lhe mais veracidade (Carvalho, 2018).

Na maior parte das produções textuais observa-se a predominância de dois tipos de situações que dependem do entendimento e direcionamento de elementos do autor da obra:

[...] o texto pode variar idealmente desde o *plágio* (apresentação fraudulenta de obra alheia como se fosse própria), em que propositadamente não há marcas explícitas de identificação do texto-fonte nem de sua autoria, até a *cópia autorizada* (reprodução integral, legalmente permitida, de uma obra já existente), como no caso de uma coletânea de artigos científicos que já haviam sido anteriormente publicados em revistas acadêmicas distintas (Mozdzinski, 2013, p. 183).

A exposição de Mozdzenski (2013) revela que a intencionalidade do texto vai de acordo com a interação que o autor apresenta com o texto-base, de modo que a identificação ou não da fonte expõe, claramente, a sua intenção na disposição dos elementos que formam o conteúdo da sua produção.

Dentre as situações que podem ocorrer, na construção da intertextualidade, está a possibilidade de o leitor fazer diferentes releituras da obra, pois, o entendimento do conteúdo varia de acordo com a capacidade de assimilação das ideias, sendo que estas, em muitas situações, são condicionadas pelo autor, partindo ou não do embasamento da obra-fonte (Cunha, 2023).

Quando se trata de texto específicos, produzidos de forma imediata, como é o caso das redações do Enem, cabe ao leitor/avaliador observar a presença desses traços característicos, pois, a nota que será atribuída àquela produção dependerá das habilidades, do domínio de conteúdo e da capacidade de expressão de ideias e posicionamentos do participante, ainda, sem o auxílio de outros textos-fonte, fator este que direciona o autor a expor suas características próprias naquela redação.

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos consistiram na construção de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, (Gil, 2010). Dessa forma, foi realizada uma revisão de literatura, com a disposição de conceitos e argumentos de autores que abordam a questão das características da intertextualidade.

Descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Ex.: pesquisa referente à idade, sexo, procedência, eleição etc. (Gil, 2010, p. 4).

Os dados de análise foram coletados do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas e Educacionais Anísio Teixeira (Inep), onde consta de uma cartilha, contendo 07 (sete) redações que atingiram nota máxima no Enem, edição de 2022, com os comentários da banca avaliadora. A Cartilha apresenta dados de grande relevância para estudantes, pois, o seu acesso é livre para estudos e pesquisas como também para futuros participantes do certame, tendo em vista que esses têm a oportunidade de observar o processo de correção e as características pertencentes ao gênero.

Do total de redações apresentadas na cartilha, foram selecionadas 03 (três) redações para análise dos dados apresentados no presente trabalho. Essa quantidade de textos que compõem o *corpus* de análise proporcionando uma amostra suficiente do total, considerando os objetivos do estudo, em relação aos resultados buscados. As redações supracitadas foram selecionadas por meio de um sorteio simples, dentre aquelas que estavam dispostas no documento disponível para download⁵ aberto.

Os resultados da pesquisa serão dispostos através de análises descritivas, dispostas por meio da análise de textos argumentativos, dissertações, periódicos, etc que expressam o posicionamento em relação a interpretação dos dados tratados.

4 ANÁLISE DAS REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM 2022

Esta seção apresenta uma análise de 03 (três) redações nota mil do ENEM do ano de 2022, identificadas como: Redação Nota Mil A. Redação Nota Mil B e Redação Nota Mil C. Assim, procurou-se identificar os elementos específicos de cada texto, para entender como estes conseguiram obter nota máxima no certame.

Os três textos selecionados para análise foram escolhidos por meio de sorteio simples, eles apresentam características próprias, mas, atenderam as exigências do certame, pois, de acordo com a cartilha do participante (Brasil,2022, p.26): nos seguintes quesitos:

⁵ Acesso os arquivos das redações no endereço: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/40141-redacao-nota-mil>.

Esses textos contêm uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos (Competência 5); apresentam as características textuais fundamentais, como o estabelecimento de coesão, coerência, informatividade, sequenciação, entre outras (Competências 2, 3 e 4); e demonstram domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa (Competência 1). Esse domínio pode ser comprovado pelo cumprimento dos princípios de organização frasal, pela adequação às convenções da escrita, às regras gramaticais e à escolha vocabular, bem como pela utilização de linguagem formal, apropriada ao registro esperado no texto dissertativo-argumentativo. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita foram aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizaram reincidência.

Considerando que estas cinco competências formam a base de avaliação das redações, observou-se que sua organização estrutural e disposição de informações no texto, para que este seja coerente e coeso, que tenha uma sequência cronológica de fatos, ainda, observando se o redator fez uso correto da linguagem formal, como também, avaliou a capacidade de domínio do conteúdo, uso das regras gramaticais. Todos estes elementos caracterizam uma produção que faz uso da intertextualidade, no que se refere a base de produção de texto, pois é necessário seguir estas normatizações para que a redação seja bem elaborada.

Assim, constam as análises das redações do ano de 2021, onde o tema abordado foi: *“Invisibilidade e Registro Civil: garantia de acesso à Cidadania no Brasil”*. Analise da primeira redação:

Quadro 1: Redação Nota Mil A

Para a filósofa estadunidense Nancy Fraser, o conceito de justiça social funde-se em duas frentes, sendo uma delas a do reconhecimento, referente à existência e à visibilidade de um determinado grupo ou indivíduo perante o poder público e a sociedade. Nesse viés, a fim do efetivo asseguramento da cidadania de seus indivíduos, o corpo estatal exige a materialização do existir de seus cidadãos mediante documentos oficiais, os quais proporcionam o acesso a prerrogativas e serviços que lhes cabem aos indivíduos registrados. No entanto, não raras são as ocasiões em que não há tais registros, o que levanta debates acerca da importância dos documentos civis e da devida regularização dos cidadãos à garantia de acesso à cidadania plena e, portanto, à visibilidade, no Brasil, embasados, sobretudo, na oportunidade de indivíduos lijados à sociedade ascenderem de condições de vida, somada à possibilidade de estes construírem ser verdadeiro “eu”. Tendo isso em vista, o Estado deve agir visando à facilitação e à democratização de tal processo civil.

De início, é notório o caráter indispensável do registro civil na promoção da cidadania, em especial, de indivíduos à margem da sociedade e da atuação do

poder público, possibilitando sua ascensão social. Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil vive um cenário de cidadanias mutiladas, em que, embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente consubstanciadas na prática, engendrando disparidades sociais baseadas, principalmente, no poder econômico dos membros da sociedade. Nesse contexto, pessoas em uma posição inferior de pirâmide social têm seus direitos renegados, em uma estrutura baseada no capital, restando ao Estado o dever de, ainda que parcialmente, complementar a iniciativa privada na oferta de serviços e de prerrogativas mercantilizadas, em busca de uma conjuntura de maior equidade social. Dessa forma, o registro civil, ao estabelecer a conexão indivíduo-poder público, permite que este atue de forma localizada e eficiente sobre comunidades ou cidadãos, com o fito de promover sua ascensão social, tendo o documento papel primordial nesse intermédio.

Além disso, já em um âmbito existencialista, a regularização do indivíduo, ao materializar sua existência, fornece um importante amparo na síntese de seu verdadeiro “eu”. Conforme o filósofo Jean-Paul Sartre, o homem é dotado de liberdade para construir sua essência, mediante tomadas de decisões, porém apenas quando sobre ela precede a existência humana. Nessa perspectiva, o fato de existir é imprescindível para que o cidadão, em seu íntimo, seja capaz de, ao longo de sua vivência, sintetizar quem ele realmente é, com toda a liberdade intrínseca a sua existência. Desse modo, o registro civil de uma família, por exemplo, permitirá que esta, sob um regime de supervisão e auxílio do Estado, seja atriz de sua própria história, definindo a essência de cada um de seus membros e sintetizando, de forma ativa, seu legado a gerações futuras, tornando-se mais visíveis a elas, ao corpo estatal e à sociedade como um todo, o que ressalta sua cidadania.

Portanto, em vista dos benefícios inerentes ao registro civil e sua facilitação, no que se refere à cidadania, faz-se necessário que o Estado, através de parcerias entre as esferas federal, estadual e municipal, democratize a retirada de documentos cidadãos, por meio da construção de centros de registro e cartórios em zonas periféricas ou interioranas, os quais disponibilizem atendimento integral e direcionado a indivíduos de baixa renda que não tiveram a oportunidade de reivindicar seus documentos. A finalidade de tal ação é ampliar e garantir o acesso à cidadania plena no Brasil, já que está só pode ser integralmente alcançada, na maioria dos casos, com, no mínimo, a certidão de nascimento, justamente por informar o poder público a respeito de sua existência como cidadão. Somente assim, poder-se-á construir um cenário de justiça social e de reconhecimento igualitário dos indivíduos perante o corpo social e estatal, universalizando prerrogativas e fazendo da sociedade uma instituição harmoniosa e, em seu conjunto, cidadã.

Fonte: Brasil (2022, p. 27).

“Redação Nota Mil A” apresenta traços característicos da intertextualidade no que diz respeito à capacidade do autor em expor seu ponto de vista a respeito do tema, com base nos argumentos tendo assim uma postura de domínio e conhecimento de determinado assunto.

Observa-se que, já na introdução do texto, no primeiro parágrafo, ocorre citação indireta, por meio de paráfrase, quando o mesmo comenta com suas palavras

o conceito de justiça social com base na definição de Nancy Fraser uma filósofa estadunidense.

Além disso, o uso de citação indireta é, claramente, utilizado quando o autor da redação faz menção ao geógrafo Milton Santos, no segundo parágrafo fazendo assim, utilização de suas ideias dando confiança e credibilidade ao leitor e mostrando argumentos para tal.

“Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil vive um cenário de cidadanias mutiladas, em que, embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente consubstanciadas na prática, engendrando disparidades sociais baseadas, principalmente, no poder econômico dos membros da sociedade” (Redação Nota Mil A, 2º parágrafo)

Observou-se, ainda, que o participante do ENEM, encontra-se no terceiro parágrafo, ao mencionar Jean-Paul Sartre sobre a liberdade e existência humana parafraseando a fala do autor para fundamentar a importância do registro civil e construção do “eu”.

“Conforme o filósofo Jean-Paul Sartre, o homem é dotado de liberdade para construir sua essência, mediante tomadas de decisões, porém apenas quando sobre ela precede a existência humana” (Redação Nota Mil A, 3º parágrafo)

Assim, considerou-se que este texto apresenta diversos traços característicos da intertextualidade, tendo em vista, os elementos observados na composição dos parágrafos.

Portanto, a intertextualidade foi manifestada de vários tipos sendo de maior utilização intertextualidade Estritas/Copresença de forma explícita, tendo em vista o uso de recursos como a citação indireta, paráfrase e alusão.

Agora, apresento-lhes a segunda redação para fins de análise de intertextualidade.

Quadro 2: Redação Nota Mil B

Norberto Bobbio, cientista político italiano, afirma que a democracia é um processo que tem, em seu cerne, o objetivo de garantir a representatividade política de todas as pessoas. Para que o mecanismo democrático funcione, então, é

fundamental apresentar uma rede estatal que dê acesso a diversos recursos, como alimentação, moradia, educação, segurança, saúde e participação eleitoral. Contudo, muitos brasileiros, por não terem uma certidão de nascimento, são privados desses direitos básicos e têm seus próprios papéis de cidadãos invisibilizados. Logo, deve-se discutir as raízes históricas desse problema e as suas consequências nocivas.

Primeiramente, vê-se que o apagamento social gerado pela falta de registro civil apresenta suas origens no passado. Para o sociólogo Karl Marx, as desigualdades são geradas por condições econômicas anteriores ao nascimento de cada ser, de forma que, infelizmente, nem todos recebam as mesmas oportunidades financeiras e sociais ao longo da vida. Sob esse viés, o materialismo histórico de Marx é válido para analisar o drama dos que vivem sem certificado de nascimento no Brasil, pois é provável que eles pertençam a linhagens familiares que também não tiveram acesso ao registro. Assim, a desigualdade social continua sendo perpetuada, afetando grupos que já foram profundamente atingidos pelas raízes coloniais e patriarcais da nação. Dessa forma, é essencial que o governo quebre esse ciclo que exclui, sobretudo, pobres, mulheres, indígenas e pretos.

Além disso, nota-se que esse processo injusto cria chagas profundas na democracia nacional. No livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver sem apoio estatal. Nesse contexto, os personagens Fabiano e Sinhá Vitória têm dois filhos que não possuem certidão de nascimento. Por conta dessa situação de registro irregular, os dois meninos sequer apresentam nomes, o que é impensável na sociedade contemporânea, uma vez que o nome de um indivíduo faz parte da construção integral da sua identidade. Ademais, as crianças retratadas na obra são semelhantes a muitas outras do Brasil que não usufruem de políticas públicas da infância e da adolescência devido à falta de documentos, o que precisa ser modificado urgentemente para que se estabeleça uma democracia realmente participativa tal qual aquela prevista por Bobbio.

Portanto, o registro civil deve ser incentivado de maneira mais efetiva no país. O Estado criará um mutirão nacional intitulado “Meu Registro, Minha Identidade”. Esse projeto funcionará por meio da união entre movimentos sociais, comunidades locais e órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, visto que é necessária uma ação coletiva visando a consolidação da cidadania brasileira. Com o trabalho desses agentes, serão enviados profissionais a todas as cidades em busca de pessoas que, finalmente, terão suas certidões de nascimento confeccionadas, além de receberem acompanhamento e incentivo para a realização de cadastro em outros serviços importantes do sistema nacional. Por conseguinte, o Brasil estará agindo ativamente para reparar suas injustiças históricas e para solidificar sua democracia, de maneira que os seus cidadãos sejam vistos igualmente.

Fonte: Brasil (2022, p. 29).

Em relação à Redação Nota Mil B, na introdução nas primeiras linhas mostra paráfrase onde se é posta uma citação indireta de Norberto Bobbio sobre a democracia como objetivo de garantir direitos básicos dos cidadãos em questão do registro civil.

Norberto Bobbio, cientista político italiano, afirma que a democracia é um processo que tem, em seu cerne, o objetivo de garantia a representatividade política de todas as pessoas (Redação Nota Mil B, 1º parágrafo).

Embora não haja uma citação direta vale ressaltar que o texto mostra bons argumentos para se refletir ideias da democracia e representação políticas sobre diretos dos cidadãos de maneira que o autor da redação tem um conhecimento de mundo muito rico onde no 2º parágrafo ele inicia seu desenvolvimento falando do apagamento social por falta do registro, enriquecendo seu ponto de vista com a citação indireta, mencionando o sociólogo Karl Marx para dar fundamento e credibilidade a sua fala.

Primeiramente, vê-se que o apagamento social gerado pela falta de registro civil apresenta suas origens no passado. Para o sociólogo Karl Marx, as desigualdades são geradas por condições econômicas anteriores ao nascimento de cada ser, de forma que, infelizmente, nem todos recebem as mesmas oportunidades financeiras e sociais ao longo da vida (Redação nota mil 2º parágrafo).

Verificou-se que o participante tem um domínio na sua escrita e de literatura, onde no 3º parágrafo ele cita obra literária de Graciliano Ramos “Vidas seca” fazendo assim comparação dos filhos do personagem Fabiano, que também não tinha certidão de nascimento e muito menos tinha nomes de batismo chamando-os assim “menino mais novo” e “menino mais velho” fazendo assim, relação/comparação e mostrando aspectos que podem dialogar com o tema da redação.

Percebeu-se que o autor desta redação faz uso do texto-fonte mencionado, uma vez que, a todo instante coloca elementos da obra citada para enriquecer o seu texto. Nesse caso, a intertextualidade é estrita, de copresença, ainda, com uso de citação e paráfrase, conforme observa-se no trecho seguinte:

“[...] nota-se que esse processo injusto cria chagas profundas na democracia nacional. No livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver sem apoio estatal. Nesse contexto, os personagens Fabiano e Sinhá Vitória têm dois filhos que não possuem certidão de nascimento” (Redação Nota Mil B, 3º parágrafo).

Observou-se que o texto apresenta elementos característicos da intertextualidade, quando é citada a obra de Graciliano Ramos, com a presença de elementos (palavras da própria obra, caracterizando uma paráfrase), como paráfrases e alusão ao texto-fonte. A intertextualidade foi manifestada de forma explícita (direta), tendo em vista o uso de recursos como a citação indireta considerando que as menções das obras supracitadas influenciam sobre discussão desigualdade social e exclusão política estabelecendo conexão e relevância para enriquecer sua redação dentro do tema *invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil*

A análise do conteúdo da Redação Nota Mil C, também revela a presença de diferentes elementos que configuram o uso da intertextualidade, pelo autor.

Quadro 3: Redação Nota Mil C

A cidadania, no contexto relativo à Grécia Antiga, era restrita aos homens aristocratas, maiores de vinte e um anos, que participassem do sistema político de democracia direta do período. Diferentemente dessa conjuntura, a Carta Magna do Estado brasileiro, vigente na contemporaneidade, concede o título de cidadão do Brasil aos indivíduos nascidos em território nacional, de modo que a oficialização dessa condição está atrelada ao registro formal de nascimento. Nesse contexto, convém apresentar que, em virtude da ausência dessa documentação, diversas pessoas passam a enfrentar um quadro de invisibilidade frente à estrutura estatal e, com isso, são privadas da verdadeira cidadania no país.

Acerca dessa lógica, é necessário pontuar a dificuldade da parcela da população brasileira, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no acesso ao procedimento de registro civil. Sob esse viés, destaca-se que, segundo relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo, condição que implica a existência de indivíduos tupiniquins detentores de rendas extremamente baixas, as quais, muitas vezes, não são suficientes para fornecer condições de vida dignas a essas pessoas. A essa linha de raciocínio, os limitantes recursos financeiros podem impossibilitar o deslocamento desses indivíduos até os cartórios, devido aos custos com transporte e, por conseguinte, impedir a realização do registro. Assim, a acentuada desigualdade social da nação dificulta a promoção da documentação pessoal, especialmente, para as classes sociais menos abastadas.

Além disso, é importante relacionar a falta de documentos de nascimento com o sentimento de invisibilidade desenvolvido pelos indivíduos sem registro, tendo em vista a privação dos direitos sociais, civis e políticos desencadeada pela problemática discutida. Sob essa óptica, somente a partir da certidão de nascimento, pode-se emitir as carteiras de identidade e de trabalho, bem como o título de eleitor e o cadastro de pessoa física. Nesse sentido, o acesso aos programas do governo, a exemplo do auxílio emergencial – assistência financeira concedida durante a pandemia da Covid-19 –, à seguridade social e ao exercício do voto dependem, diretamente, da existência do registro civil. Portanto, a ausência da documentação formal torna parte da população invisível socialmente, já que essas

peças não podem beneficiar-se dos serviços e das garantias do Estado Democrático de Direito brasileiro.

Diante do exposto, conclui-se que o registro civil é um aspecto intrínseco à cidadania no Brasil. Por isso, o Governo Federal deverá propiciar a acessibilidade das populações mais carentes, que sofrem com a falta de acesso à documentação, a esse tipo de serviço, por meio da articulação de unidades móveis para os cartórios do país. No que tange a esse aspecto, os veículos adaptados transportarão os funcionários dos órgãos de registros até as áreas de menor renda “per capita” de seus respectivos municípios, um dia por semana, com o intuito de realizar o procedimento formal de emissão dos documentos de nascimento dos grupos sociais menos favorecidos economicamente. Desse modo, um maior número de brasileiros acessará, efetivamente, a condição de cidadão.

Fonte: Brasil (2022, p. 29).

Ao analisar o texto Redação Nota Mil C, observou-se que, assim como às outras duas redações nota mil anteriormente, esta produção contém traços característicos da intertextualidade explícita, considerando a presença de elementos como: paráfrase, alusão e citação, remetendo-se ao texto-fonte.

Analisando as primeiras linhas do primeiro parágrafo no início da introdução observa-se uma alusão por parte referenciada à Grécia Antiga onde há comparação de quem podia ou não ter acesso e direito ao registro civil. vejamos a seguir:

“A cidadania, no contexto relativo à Grécia Antiga, era restrita aos homens aristocratas, maiores de vinte e um anos, que participassem do sistema político de democracia direta do período.” (Redação Nota Mil C, 1º parágrafo). Ainda no primeiro parágrafo há intertextualidade sendo ela citação indireta, onde se parafraseia a fala da autora onde refere-se e traz ao leitor que tem um conhecimento de mundo rico e bem amplo A “Carta Magna” é uma expressão que historicamente ao Brasil tem grande importância pela constituição em 1988 que estabeleceu os princípios, e direitos e os deveres, garantindo também registro civil aos cidadãos brasileiros.

“[...] a Carta Magna do Estado brasileiro, vigente na contemporaneidade, concede o título de cidadão do Brasil aos indivíduos nascidos em território nacional [...]” (Redação Nota Mil C, 1º parágrafo).

Já no segundo parágrafo o autor da redação, expõe a vulnerabilidade mencionando o relatório do ano de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, expondo um dado referente ao posicionamento do Brasil. O recorte, a seguir apresenta uma alusão ao referido documento oficial.

“[...] sob esse viés, destaca-se que, segundo relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil é o sétimo país mais desigual

do mundo, condição que implica a existência de indivíduos tupiniquins detentores de rendas extremamente baixas, as quais, muitas vezes, não são suficientes para fornecer condições de vida dignas a essas pessoas[...].” (Redação Nota Mil C, 2º parágrafo).

Este é um recurso que, ao ser utilizado, configura o texto como informativo, dada a reprodução da informação do texto-fonte. O trecho a seguir ilustra apresenta a explicitude que o autor da Redação Nota Mil C fez uso:

“[...] somente a partir da certidão de nascimento, pode-se emitir as carteiras de identidade e de trabalho, bem como o título de eleitor e o cadastro de pessoa física. Nesse sentido, o acesso aos programas do governo, a exemplo do auxílio emergencial – assistência financeira concedida durante a pandemia da Covid-19, à seguridade social e ao exercício do voto dependem, diretamente, da existência do registro civil” (Redação Nota Mil C, 3º parágrafo).

Predominou no texto a menção a documentos oficiais como: a Carta Magna e o relatório das Nações Unidas, por exemplo, utilizados como forma de enriquecimento e detalhamento das informações.

5 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa foi possível alcançar os objetivos propostos, tendo em vista que foi possível identificar os elementos da intertextualidade, presentes nas redações nota mil do ENEM do ano de 2022, sendo que predominaram os elementos explícitos, diretamente relacionados ao texto-fonte.

Entendemos que a intertextualidade contribui para a construção de um texto coeso e coerente pois, os autores das redações têm a possibilidade de fazer uso de diferentes recursos como: paráfrase, citação, alusão.

Ao identificar os elementos da intertextualidade presentes nas redações nota mil do ENEM de 2022, constatou-se que os autores das redações fazem uso de recursos contidos em textos-fonte, com a inserção de elementos que deixaram explícito o uso de elementos oriundos dos textos-fonte.

A avaliação que é feita sobre a capacidade de uso de elementos intertextuais nas redações examinadas revela que a disposição correlata de elementos que constituem uma sequência lógica aos fatos descritos.

Assim, conclui-se que a análise das redações que atingiram nota máxima no Enem de 2022, representa uma forma concreta de entender como a intertextualidade contribui para a construção de um texto, traduzido em uma produção dissertativa, composto por elementos que explicitam este conceito.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Textualidade**: noções básicas e implicações pedagógicas. São Paulo: Parábola, 2017. 167 f.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução Paulo Bezerra. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

Bakhtin, M. (2003). Os gêneros do discurso. In M. Bakhtin, **Estética da criação verbal** (P. Bezerra, trad., pp. 261-306). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1951-1953). [Links]:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=2643831&pid=S0486-641X201200040000800022&lng=pt.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2022**: cartilha do participante. Brasília, 2022.

CARVALHO, A. P. L. de. **Sobre intertextualidades estritas e amplas** / Ana Paula Lima de Carvalho. – 2018. 135 f.: il. color. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2018.

CAVALCANTE, M. M.; FARIA, M. da G. dos S.; CARVALHO, A. P. L. de. Sobre Intertextualidades Estritas e Amplas. **Rev. de Letras** - no . 36 - vol. (2) jul./dez. - 2017 GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CUNHA, C. de S. **Intertextualidade e as fronteiras do ser**: uma análise da intertextualidade presente no conto o Belo Adormecido. Rio de Janeiro: UFRJ, 2023.

DIANA, G. C. **Proposta de ensino sobre contos e causos e aspectos da intertextualidade**. Cascavel-PR: UNIOESTE, 2023.

KOCH, Ingedore G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MATOS, T. **Intertextualidade**. Brasil Escola. (2023). Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/redacao/intertextualidade-.htm>. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

MOZDZENSKI, L. Intertextualidade verbo-visual: como os textos multissemióticos dialogam? / Verbal-Visual Intertextuality: How do Multisemiotic Texts Dialogue? **Bakhtiniana**, São Paulo, 8 (2): 177-201, jul./Dez. 2013.

NICOLÃO, A. O Portão para a Intertextualidade: uma análise do poema instruções. **Revista X**, v. 18, n. 01, p. 245-273, 2023.

SILVA, G. L. da; CAIADO, R. V. **A Intertextualidade**: um conceito em muitos olhares. (2014). Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/<https://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2014/anexos/708.pdf>. Acesso em: 22. Mar.2024.